

Até quando podem os bancos credores procrastinar

A primeira rodada da fase 3 da renegociação externa brasileira, como a batalha de Itararé, não houve. O comitê assessor dos bancos internacionais recebeu as autoridades brasileiras, tomou conhecimento das propostas básicas, mas condicionou o início efetivo das conversações ao acerto de um programa entre o País e o Fundo Monetário Internacional (FMI) relacionado à política econômica a ser colocada em prática em 1985.

Percebe-se claramente a procrastinação. As negociações, que deveriam ter início em setembro, logo depois do acordo dos bancos internacionais com o México, foi adiada para outubro, em seguida para novembro e agora, na melhor das hipóteses, para meados de dezembro. Os motivos são fáceis de compreender: os banqueiros consideram que, a poucos meses da sucessão presidencial no Brasil, qualquer iniciativa de renegociação seria inútil sem o aval do futuro governo.

O que os atuais responsáveis

pela política econômica do País pensavam fazer era deixar praticamente pronto o esquema básico para a fase 3, prevendo reescalonamento das amortizações a vencer até 1991, aumento do prazo de carência e redução do "spread". Se fosse obtido o assentimento dos bancos, o acordo seria assinado após 15 de janeiro do próximo ano, ou seja, depois de oficializada a escolha do novo presidente da República.

Um representante do presidente eleito poderia, assim, vir a acompanhar as negociações em sua fase final, sendo assumido tacitamente o compromisso de que a nova administração se pautaria pelos termos do acordo até o limite de suas possibilidades. Naturalmente, isso não excluiria a hipótese de as negociações serem reabertas, se as circunstâncias exigirem.

Os grandes bancos credores, pelo visto, querem mais. Para iniciarem as negociações em termos consequentes, desejam que o governo se comprometa com uma

política econômica restritiva também em 1985. As autoridades ora no poder não podem prometé-lo, já que serão substituídas em 15 de março de 1985. Quanto ao futuro presidente da República, ainda que já tenha estruturado a sua equipe econômica logo após a sua escolha pelo Colégio Eleitoral, certamente não aliará o seu nome, publicamente, à continuidade da política econômica em vigor, não sendo outra coisa o que o FMI preconiza.

Dessa forma, pode-se chegar a um impasse. Sem haver acordo quanto a um pacote plurianual — ou, pelo menos, um pacote para 1985 —, o País se limitaria, por tempo indefinido, a fazer apenas os pagamentos previstos de juros. Ninguém esperaria, é lógico, que o governo, estando perfeitamente ciente de que os banqueiros não estão dispostos a fornecer dinheiro novo, pagasse um centavo de amortizações a bancos privados. Na prática, portanto, o País estaria reescalando a dívida, embora sem a concordância dos credores.

É certo que, se os compromissos a vencer até 31 de março não fossem liquidados até o fim do primeiro semestre de 1985, o Brasil poderia vir a ser declarado inadimplente. A possibilidade de "default" seria altamente indesejável para o País, mas não o seria menos para os bancos internacionais. A hipótese de o maior devedor do mundo deixar de honrar os seus compromissos seria desastrosa para os grandes bancos, tanto mais se eles forem apontados como responsáveis por fomentar uma crise.

Como ninguém deseja uma confrontação, é razoável esperar que o governo brasileiro e os grandes bancos cheguem a um acordo no final de janeiro ou em fevereiro do próximo ano, talvez para ter validade apenas em 1985. Quanto a garantias de que o próximo presidente da República seguirá rigidamente uma determinada política econômica, os credores terão de se contentar com a expectativa a esse respeito do atual governo.